



CADERNO DE QUESTÕES

Orientações aos candidatos

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém trinta questões com cinco alternativas cada, corretamente ordenadas de 1 a 30;
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo para que sejam tomadas as providências cabíveis;
3. É expressamente vedada qualquer consulta em relação às questões que compõem a prova objetiva durante o tempo determinado para sua realização;
4. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização dos fiscais da sala;
5. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação, que será feita no decorrer da prova, e ao preenchimento da folha de respostas;
6. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova;
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no edital de abertura (item 4.3), no presente caderno e na folha de respostas poderá implicar sua exclusão do processo de seleção.
8. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, trinta minutos após o início da prova e poderá levar este caderno somente no decurso de quarenta e cinco minutos do horário determinado para o seu início.
9. A recusa do candidato em obedecer às normas sanitárias das autoridades competentes dispostas no Edital de Abertura acarretará na sua retirada do local de realização da prova e a sua exclusão do Processo Seletivo.

CALENDÁRIO DO SELETIVO

29/11/2021 - Divulgação do Gabarito Preliminar: a partir das 14h no endereço <https://npi.tjrr.jus.br/ava>

30/11 e 01/12/2021 - Prazo para recursos contra o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva Presencial.

06/12/2021 - Resultado dos recursos e divulgação do Gabarito Definitivo e Resultado Preliminar: A partir das 14h no endereço <https://npi.tjrr.jus.br/ava>

08 e 10/12/2021 - Data provável da Publicação do Resultado Final e homologação do Processo Seletivo (<https://npi.tjrr.jus.br/ava/> e <https://diario.tjrr.jus.br>)

Obs.: Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: Tel.: 3198-4196



RASCUNHO DO CANDIDATO

QUESTÕES

1.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	11.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	21.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
2.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	12.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	22.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
3.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	13.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	23.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
4.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	14.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	24.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
5.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	15.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	25.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
6.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	16.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	26.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
7.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	17.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	27.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
8.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	18.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	28.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
9.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	19.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	29.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>
10.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	20.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	30.	A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>	D	<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>

1. Os contratos administrativos são caracterizados pelas cláusulas exorbitantes, que representam as prerrogativas detidas pela Administração na relação contratual. Sobre isso, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Administração deve exigir garantia do contratado, bem como indicar a respectiva modalidade a ser oferecida (caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária).
- B) A alteração unilateral do contrato pode recair primariamente tanto sobre as cláusulas regulamentares (ou de serviço) quanto sobre as cláusulas econômicas.
- C) Ao poder de alteração unilateral do contrato corresponde o direito do contratado de ver mantido o equilíbrio econômico-financeiro, o qual constitui uma garantia prevista na Constituição Federal.
- D) A Lei 8.666/1993 prevê as seguintes sanções administrativas contratuais: advertência, multa e declaração de idoneidade.
- E) A restrição ao uso da “exceção do contrato não cumprido” (*exceptio non adimpleti contractus*) não representa uma cláusula exorbitante.

2. Em razão de uma situação de risco iminente à saúde da população, a Administração pretende utilizar compulsoriamente equipamentos de saúde de um hospital particular. Além disso, a mesma Administração, ao realizar obras para a ampliação de uma avenida, necessita de áreas privadas para que sejam guarnecidos temporariamente materiais e equipamentos utilizados para tal atividade.

Diante das situações apresentadas, as medidas de intervenção na propriedade privada que devem ser utilizadas pela Administração são, respectivamente:

- A) servidão administrativa e desapropriação.
- B) requisição administrativa e ocupação temporária.
- C) tombamento e limitação administrativa.
- D) desapropriação e requisição administrativa.
- E) ocupação temporária e servidão administrativa.

3. Sobre o controle da Administração pelo Poder Judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os atos discricionários não podem ser objeto de controle pelo Judiciário.
- B) O Poder Judiciário pode proceder à anulação de atos administrativos em razão do exercício de um juízo de conveniência e oportunidade.
- C) O princípio da autotutela, incorporado na Súmula 473 do STF, significa que o Judiciário pode anular e revogar os atos administrativos viciados e inconvenientes, respectivamente.
- D) As decisões dos Tribunais de Contas não podem ser objeto de controle pelo Judiciário.
- E) O Judiciário não pode revogar atos administrativos, exceto aqueles expedidos pelos próprios órgãos judiciais.

4. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do corte de fornecimento de serviços públicos:

- A) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza real da dívida.
- B) É ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica quando puder afetar o direito à saúde e à integridade física do usuário.
- C) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que precedido de notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
- D) É ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório, por configurar ofensa ao princípio da proporcionalidade.
- E) O corte no fornecimento de energia elétrica somente pode recair sobre o imóvel que originou o débito, e não sobre outra unidade de consumo do usuário inadimplente.

5. Sobre as concessões, inclusive as parcerias público-privadas, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A outorga de concessão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada.
- B) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade comum, patrocinada ou administrativa.
- C) As concessões representam uma técnica de desconcentração de serviços públicos.
- D) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- E) Mesmo que autorizadas pela Administração concedente, as concessionárias não podem promover desapropriações e constituir servidões.

6. Enquanto era menor de idade, Bruno, devidamente representado, ajuizou ação contra o seu genitor, Francisco, para a fixação de alimentos. O pedido foi acolhido e o genitor foi condenado ao pagamento da quantia de meio salário mínimo. Na semana passada, Bruno completou a maioridade, mas não tem renda própria e está matriculado no primeiro ano de curso de ensino superior. Nesse cenário, Francisco

- A) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, mas eventual inadimplemento não poderá gerar a prisão civil do alimentante, por não se tratar de alimentos devidos a incapaz.
- B) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que foram fixados diante da menoridade do alimentando, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao filho após o atingimento da maioridade, sendo irrelevante o fato de não ter renda própria e realizar curso de ensino superior.
- C) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, pois a maioridade não faz cessar automaticamente o dever de prestar alimentos.
- D) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que houve alteração do binômio possibilidade-necessidade, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao seu filho, cabendo a Bruno, caso queira, ajuizar nova ação com a comprovação de que ainda tem necessidade, pois está realizando curso superior.
- E) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto Bruno não concluir seus estudos para preparação ao mercado de trabalho, perdurando a presunção absoluta de necessidade enquanto não for concluído o nível superior.

7. Rodrigo e Marilda foram casados sob o regime da comunhão parcial de bens e tiveram dois filhos, que são menores. Durante o casamento, adquiriram onerosamente uma única casa, que serve de moradia para a família. Marilda faleceu sem deixar outros bens ou disposição testamentária e, além do marido e filhos, deixou os pais, idosos, vivos. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

- A) como os filhos são comuns do casal, o imóvel deve ser destinado exclusivamente ao cônjuge supérstite, em razão da meação e da sucessão, pois os filhos receberão a herança de seu genitor oportunamente.
- B) o imóvel deve ser partilhado por cabeça, em porções iguais entre Rodrigo, os dois filhos do casal e os ascendentes da autora da herança.
- C) Rodrigo é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e a outra metade deve ser dividida em porções iguais entre os pais e os filhos da autora da herança.
- D) o imóvel deve ser dividido somente entre os filhos da autora da herança, uma vez que são menores, cabendo a Rodrigo somente o direito real de habitação, não havendo direitos sucessórios aos ascendentes nesse caso.
- E) Rodrigo é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e tem direito real de habitação, ao passo que a outra metade deve ser dividida entre os dois filhos, excluídos os ascendentes.

8. Sobre os institutos da tutela e da curatela, assinale a alternativa que contém a resposta incorreta:

- A) A tutela se verifica quando da decadência do poder familiar.
- B) Na falta de tutor legítimo, o juiz nomeará um tutor idôneo residente no domicílio do menor.
- C) Aos irmãos órfãos serão estabelecidos mais de um tutor.
- D) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico estão sujeitos a curatela.
- E) A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado.

9. Assinale a opção correta acerca da união estável.

- A) A coabitação é elemento indispensável à caracterização da união estável.
- B) É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas.
- C) Nas relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
- D) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.
- E) Considera-se união estável as relações não eventuais entre o homem e a mulher, ainda que impedidos de casar.

10. Tendo em vista as disposições constantes do Estatuto da Pessoa com Deficiência, incorporadas ao Código Civil, pode-se corretamente afirmar sobre a tomada de decisão apoiada:

- A) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege uma pessoa idônea, com a qual mantenha vínculo e que goze de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhe os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.
- B) Na tomada de decisão apoiada exige-se apenas a oitiva dos apoiadores, sendo desnecessária a oitiva do requerente, haja vista a externalização de sua vontade na petição inicial.
- C) A decisão tomada por pessoa apoiada não terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.
- D) Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.
- E) O apoiador está dispensado de prestar contas.

11. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- A) Plebiscito.
- B) Veto Popular.
- C) Recall.
- D) Greve.
- E) Sindicalização.

12. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) exercer a classificação, para efeito indicativo, de divisões públicas e de programas de rádio e televisão.
- B) explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.
- C) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- D) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- E) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

13. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- A) Emenda à Constituição, mediante proposta que será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) Emenda à Constituição, mediante proposta que será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- C) Lei Ordinária, cuja aprovação exige os votos favoráveis da maioria absoluta dos deputados federais e dos senadores.
- D) Medida Provisória, que perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo improrrogável de 90 dias.
- E) Decreto-Lei, cuja edição pelo Presidente da República somente é autorizada em casos que envolvam a segurança nacional.

14. No caso de o Presidente da República ser acusado de crime de responsabilidade:

- A) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por no mínimo mais da metade dos deputados federais, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- B) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por no mínimo mais da metade dos senadores, será ele submetido a julgamento perante a Câmara dos Deputados.
- C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- D) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- E) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por ao menos mais da metade dos Deputados Federais, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal e a sua condenação dependerá do voto de, no mínimo, mais da metade dos Senadores.

15. Esclareça qual garantia funcional (predicamento) inserida em nossa Constituição Federal impede o Presidente da República, ou mesmo o Presidente do STF, de demitir ou aposentar compulsoriamente um Juiz de primeiro grau com mais de dois anos de exercício funcional, um Desembargador ou um ministro de Tribunal Superior.

- A) Estado Democrático de Direito.
- B) Inamovibilidade.
- C) Vitaliciedade.
- D) Separação dos Poderes.
- E) Interpenetração dos Poderes.

16. “João” sentou-se na mesa de um bar e pôs-se a beber com amigos confraternizando em razão de sua admissão no novo trabalho. Ficou completamente embriagado, sem qualquer possibilidade de se autodeterminar (embriaguez completa). Sabe-se lá como “João” chegou em seu prédio. Ali chegando, agrediu o zelador, seu amigo de longa data, causando-lhe lesão grave. Instaurado inquérito policial, chegou-se ao quadro informativo acima relatado. Nesse caso:

- A) “João” responderá por crime de lesão corporal com a agravante da embriaguez preordenada;
- B) “João” responderá por crime de lesão corporal em razão da teoria da *actio libera in causa*;
- C) “João” responderá por crime de lesão corporal com a atenuante da embriaguez culposa;
- D) “João” não responderá por crime, pois no momento da ação não tinha qualquer condição de saber o que estava fazendo em razão da ingestão de álcool;
- E) “João” responderá por crime de lesão corporal com a causa de diminuição de pena da embriaguez culposa.

17. O art. 65, III, d, do Código Penal, prevê uma circunstância atenuante para aquele que confessa “espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime”. Em determinada sentença do juiz de Pacaraima, foi levada em consideração a confissão do réu para a condenação. Restou consignado no momento da pena que: “deixo de reconhecer a confissão, visto que não fora realizada de forma integral, nos exatos termos descritos na denúncia. A confissão, para ser reconhecida, deverá ser plena, e não se atribuindo fatos excludentes de ilicitude ou que reduzam a responsabilidade do agente”. No entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- A) a confissão deve ser ampla, completa e irrestrita, para fim de ser levada em consideração na segunda fase do cálculo de pena;
- B) a confissão deve detalhada, inclusive com indicação dos corrêus porventura existentes, para fim de ser levada em consideração na segunda fase do cálculo de pena;
- C) a confissão deve ser restrita ao núcleo do tipo penal, para fim de ser levada em consideração na segunda fase do cálculo de pena;
- D) a confissão deve ser específica ao núcleo do tipo e suas qualificadoras, para fim de ser levada em consideração na segunda fase do cálculo de pena;

E) a confissão, se usada para corroborar o acervo probatório e fundamentar a condenação, deve incidir, sendo irrelevante o fato de a confissão haver sido espontânea ou não, total ou parcial.

18. “Mario” se envolveu no crime previsto no art. 165, do Código Penal: “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa”. Conforme o art. 33, §3º, do Código Penal, “a determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código”. Todas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal são desfavoráveis. A legislação penal, nesse caso, não autoriza a imposição do regime:

- A) aberto;
- B) semiaberto;
- C) fechado;
- D) aberto por força de eventual detração no momento da sentença;
- E) aberto por força de várias circunstâncias atenuantes favoráveis.

19. A embriaguez incompleta, decorrente de caso fortuito ou força maior, consiste em uma:

- A) causa de redução de pena;
- B) circunstância atenuante;
- C) circunstância agravante;
- D) circunstância qualificadora;
- E) circunstância a ser avaliada nos antecedentes criminais.

20. “João”, 19 anos, começou a namorar com Laís, 13 anos, tendo pleno conhecimento da idade dela. Namoraram por 6 meses e tiveram diversas relações sexuais, todas consentidas e desejadas, mas escondidas da mãe de Laís. Terminaram o namoro após 6 meses, quando Laís ainda não tinha completado 14 (quatorze) anos. Laís contou para a mãe. A mãe, após o conhecimento dos fatos, levou imediatamente Laís até o delegado de polícia, que instaurou inquérito policial pelo crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, Código Penal). Nesse caso de acordo com o enunciado:

- A) os consentimentos de Laís para os atos sexuais não são válidos, estando configurado o crime de vulnerável na forma continuada;
- B) o réu poderá alegar erro de tipo e buscar a absolvição por exclusão dos crimes;
- C) o réu pode alegar discriminante putativa e buscar a absolvição com base na isenção de pena;
- D) o réu pode alegar erro de proibição e buscar a absolvição com base na isenção de pena;
- E) o réu pode alegar erro sobre a pessoa e buscar a absolvição com base na isenção de pena.

21. Em determinado processo criminal, a pedido da defesa, o juiz determinou a realização do exame de insanidade mental. Elaborado o exame, o laudo pericial foi juntado aos autos atestando que o réu era semi-imputável. Levando em conta o resultado do laudo pericial firmado por perito oficial:

- A) proferindo sentença absolutória, o juiz poderá aplicar ao réu medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial;
- B) poderá o juiz proferir sentença condenatória, desconsiderando o laudo pericial, desde que o faça fundamentadamente;
- C) proferindo o juiz sentença condenatória, deverá necessariamente levar em conta a semi-imputabilidade e reduzir a pena imposta;
- D) proferindo o juiz sentença condenatória, na hipótese de crime doloso contra a vida, deverá obrigatoriamente reduzir a pena imposta;
- E) o juiz não poderá deixar de levar em consideração laudo pericial oficial, sugerindo ao juiz da vara das execuções a aplicação.

22. O Código de Processo Penal dispõe que “excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades” (art. 282, §2º, CPP). Aponte entre as hipóteses abaixo relacionadas qual delas não está prevista na lei para o interrogatório pelo sistema de videoconferência:

- A) prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa;
- B) possibilidade concreta de fuga durante o deslocamento;
- C) impedir a influência do réu no ânimo de testemunha;
- D) quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal;
- E) falta de meio de transporte para conduzir o réu até a audiência ou situação correlata, nos termos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais).

23. Nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, “A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.” Aponte entre as alternativas abaixo, quem tem obrigação de prestar compromisso legal de dizer a verdade:

- A) o ascendente ou descendente, e o afim em linha reta, em relação ao réu;
- B) o cônjuge, ainda que divorciado;
- C) o cunhado ou cunhada do réu;
- D) o irmão, o pai, e a mãe do réu;
- E) o filho adotivo do acusado.

24. Após o oferecimento da resposta à acusação, em que crime que obedece ao procedimento comum ordinário e sumário, o juiz poderá absolver sumariamente o réu. Analisando as alternativas abaixo, não reflete uma possibilidade jurídica de absolvição sumária, nos termos da lei:

- A) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- B) existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- C) ausência de justa causa;
- D) fato narrado evidentemente não constitui crime;
- E) extinta a punibilidade do agente.

25. Ao final da instrução criminal pela prática de crime doloso contra a vida, apresentadas as alegações finais, para pronunciar o acusado, o magistrado deverá, fundamentadamente, nos termos da lei processual:

- A) indicar prova da autoria e indícios de materialidade;
- B) indicar indícios de materialidade e indícios de autoria;
- C) indicar a materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar somente as circunstâncias qualificadoras, ainda que existam causas de aumento de pena;
- D) indicar a materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar somente as circunstâncias de causas de aumento de pena, ainda que existam circunstâncias qualificadoras;
- E) indicar a materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

26. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo,

- A) durante a suspensão do processo é defeso realizar qualquer ato processual, sem exceção, para proteção do princípio da isonomia.
- B) considera-se proposta a ação quando a petição inicial for despachada pelo juiz, mas seus efeitos dependem quanto ao réu de sua citação válida.
- C) se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz deve determinar a suspensão do processo até que a justiça criminal se pronuncie; nesse caso, a ação penal deve ser proposta em até seis meses, sob pena de cessação dos efeitos da suspensão.
- D) a extinção do processo sem resolução do mérito, por vício processual, dar-se-á de imediato; já a extinção com resolução de mérito dar-se-á somente por sentença, observados o contraditório e a ampla defesa.
- E) suspende-se o processo pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.

27. O Código de Processo Civil não mais prevê, para a fase de conhecimento, os procedimentos ordinário e sumário, mas apenas o procedimento comum e os procedimentos especiais. Sobre o procedimento comum da fase cognitiva, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O juiz deverá indeferir a petição inicial quando verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
- B) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz, determinará a citação do réu para contestar, no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos da prova da citação, sob pena de revelia.
- C) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- D) O réu não pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- E) Ao réu revel descabe a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, ainda que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

28. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Para o Código de Processo Civil, são exemplos de títulos executivos judiciais _____ e _____, não se enquadrando na mesma classificação _____ e _____.

- A) decisão homologatória de autocomposição extrajudicial / sentença arbitral / o crédito decorrente de foro laudêmio / o contrato de seguro de vida em caso de morte.
- B) certidão de dívida ativa formal / certidão de partilha / a sentença arbitral / a nota promissória.
- C) sentença penal condenatória / instrumento de transação referendado pelo MP / warrant / cheque.
- D) sentença estrangeira homologada / decisão interlocutória / o acordo referendado pelo MP / a sentença arbitral.
- E) escritura pública / certidão expedida por serventia notarial / a letra de câmbio formal / a certidão de partilha.

29. No cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, em relação à impugnação, é correto afirmar:

- A) As questões relativas a fato superveniente ao término do prazo para sua apresentação, assim como aquelas relativas à validade e à adequação da penhora, da avaliação e dos atos executivos subsequentes, podem ser arguidas por simples petição, tendo o executado, em qualquer dos casos, o prazo de quinze dias para formular esta arguição, contado da comprovada ciência do fato ou da intimação do ato.
- B) Se atribuído apenas efeito devolutivo à impugnação, e somente nessa hipótese, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz.
- C) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados sempre suspenderá a execução também contra os que não impugnaram, por questão de isonomia processual.
- D) É defeso ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.

E) A concessão do efeito suspensivo à impugnação obsta a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação de bens, mantendo-se como válida, porém a constrição já ocorrida.

30. Em ação de obrigação de fazer movida pela União contra Maria, o juiz proferiu sentença acolhendo o pedido e deferindo, no mesmo ato, a antecipação dos efeitos da tutela, para que a ré desse cumprimento à obrigação no prazo de dez dias, sob pena de multa diária. A ré então opôs, tempestivamente, embargos de declaração, arguindo omissão da sentença acerca da ocorrência de prescrição, matéria que até então não fora suscitada no processo. Nesse caso, os embargos declaratórios

A) não são cabíveis, pois não poderia haver omissão quanto a matéria que nem mesmo fora invocada pelas partes; ainda assim, a mera oposição dos embargos suspende o prazo para a interposição do recurso de apelação, bem como a eficácia da sentença embargada.

B) não são cabíveis, pois não poderia haver omissão quanto a matéria que nem mesmo fora invocada pelas partes; ainda assim, a mera oposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não suspende a eficácia da sentença embargada.

C) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera oposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não suspende a eficácia da sentença embargada.

D) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera oposição dos embargos suspende o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não a eficácia da sentença embargada.

E) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera oposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, além de suspender a eficácia da sentença embargada.